

1 Transcrição da Ata nº04/2020 – Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, à nove
2 horas, reuniram-se através de web conferência gravada por meio do aplicativo Google Meet, para
3 reunião ordinária: Elisete Aparecida Russi Cardoso – Secretária do Conselho, Carlos Marcelo Kaliberda,
4 Marilene Schreiner Ortiz, Elaine Cristina França Oliveira, Annelise Aparecida Chimanske Oliveira, Simone
5 Nogueira Ribas, Larissa Camargo Andrade, Marcia Aparecida da Silva, Debora de Ramos Voitena, Doris
6 de Fátima Iastrenski, Joelma Letícia dos Santos Moura, Onira Tereza do Nascimento, Tatieli Aparecida
7 Zevirikoski, Vilta Inês Quitério de Souza, Bianca Raquel Garcia Fagundes Pereira, Marilene Monteiro
8 Carpolato, Josecleia Sovrani Milla, Dilcemerli Padilha de Liz, sob a Presidência do Profº Carlos Marcelo
9 Kaliberda, para a seguinte pauta: votação da Deliberação 02/2020, que trata das orientações sobre as
10 possíveis proposições para reorganização do calendário escolar e as ações que serão desenvolvidas
11 através de atividades remotas durante a suspensão das aulas e também para quando houver o retorno
12 das aulas presenciais. O presidente iniciou a reunião pontuando sobre a Minuta da Deliberação
13 02/2020, enviado aos conselheiros por e-mail para estudo e, sobre a divulgação desse documento em
14 redes sociais de forma indevida. Evidenciou que se trata de um documento de estudo e inacabado,
15 sendo de acesso restrito aos integrantes do Conselho. O Presidente esclareceu que os responsáveis
16 foram identificados, sendo eles: o sr. Gilmar Luis Santini, membro Suplente do Conselho e sua esposa,
17 que faz parte do quadro de professores da rede. Mencionou também que o sr. Gilmar será notificado
18 sobre seu afastamento da função conselheiro, pelo fato de ter participado apenas da reunião da posse
19 do Conselho e ter mais de três faltas consecutivas. Carlos esclareceu que a Lei do Conselho terá
20 alterações em seu número de representante e que posteriormente haverá complementação dos
21 conselheiros quanto ao número membros e as entidades que eles representam indicados no novo
22 texto da Lei. Divulgou também que a Conselheira Karine E. Beckmann havia solicitado sua substituição
23 devido à compromissos assumidos junto a Reitoria da UNICENTRO. Pontou a ausência do Conselheiro
24 Gilberto Ferreira, que também apresenta mais de três faltas consecutivas nas reuniões, sendo esse
25 também informado de seu desligamento. Na sequência o presidente iniciou a leitura da Minuta da
26 Deliberação para apreciação e análise de todos. A Conselheira Márcia sugeriu a alteração do Art. 2º, que
27 se refere ao percentual de aproveitamento das atividades não presenciais para até 30%, Dilciméri se
28 colocou a favor da alteração pelo fato de que o Conselho Nacional Educação aprovou também novas
29 diretrizes que inclui também a Educação Infantil. Marilene Monteiro relatou que é preciso observar que
30 ainda não se tem nada claro sobre a Educação Infantil no que se refere a atividades remotas. Carlos
31 ressaltou a importância de deixar uma ressalva no artigo para futuras modificações, caso necessário,
32 devido às incertezas do momento. Evidenciou também a realidade das escolas particulares e a logística
33 que envolvem qualquer alteração de calendário. Marilene Monteiro, demonstrou sua preocupação com
34 a educação Infantil e a forma que as atividades seriam propostas para alunos de até dois anos.
35 Dilciméri, apresentou sua realidade de escola particular e, que não se fala de atividades para essa faixa
36 etária, que o Conselho Nacional Educação se refere aos alunos de quatro e cinco anos e que concorda
37 com Marilene. Carlos colocou que a Equipe da Educação Infantil Secretaria Municipal de Educação está
38 trabalhando na reorganização do trabalho nos CMEIs e, compreende que as atividades para Educação
39 Infantil devem ser de forma complementar e não compensatória. Márcia ressaltou que em casa os pais
40 não teriam as mesmas condições de trabalhar os conteúdos e que se preocupa com as lacunas
41 pedagógicas deixadas nesse período pelas atividades remotas, sugeriu uma atenção especial. Marilene
42 Ortiz colocou que a preocupação nesse momento é pensar nas atividades remotas e que
43 posteriormente a proposta pedagógica será repensada para dois mil e vinte um e, que nesse momento
44 é preciso pensar em ações sequenciais visando a qualidade da educação. Carlos retomou a leitura da
45 Deliberação, pontuando o Art. 4º e com o acréscimo de “materiais impressos”. Ressaltou que o
46 documento está alinhado às recomendações do parecer do Conselho Nacional Educação e, quando se



47 refere as aulas da Educação Infantil o documento cita que devem ser preferencialmente presenciais.
48 Annelise relatou a preocupação das equipes das escolas particulares, onde os pais dificilmente
49 levariam os filhos para reposição em horários e dias diferenciados. Concordou-se então em manter a
50 palavra "preferencialmente presenciais", no que se refere as aulas da Educação Infantil. Na sequência
51 observou-se as ações para o Educação de Jovens e Adultos. Para esse público é necessário levar em
52 conta as dificuldades dos alunos em relação as plataformas digitais, sendo oferecido para essas
53 atividades impressas. Os alunos da Educação Especial terão suporte e atendimento de vídeo chamada
54 e adequações das atividades. Tatiele ressaltou a importância do atendimento individualizado. Na
55 sequência, Carlos fez a leitura dos documentos que as escolas necessitam apresentar após o retorno
56 das aulas para validar as atividades remotas. Dilciméri questionou o prazo para a entrega dos
57 documentos, sugerindo que fosse o mesmo da Rede Estadual de sessenta dias. Carlos explicou que há
58 uma preocupação em que o período de suspensão se prolongue mais do que já foi pensado e, que um
59 prazo extenso fique muito próximo às atividades de encerramento do ano letivo. Carlos deu
60 continuidade a leitura e exemplificou o Art. 12º, que se refere a reorganização do calendário em regime
61 de colaboração e a necessidade de pensar nos docentes que estão lotados em Unidades distintas ou
62 trabalham em Redes diferentes, para que esses não sejam sobrecarregados e que não haja conflito
63 nos calendários. Após o término da leitura perguntou aos Conselheiros se queriam retomar alguma
64 questão. Larissa pediu a palavra para sugerir atividades de estímulos para educação infantil de CMEl
65 em canais abertos, com uma proposta única para toda Rede, de forma que uma parcela dessas
66 atividades fosse validada como atividades remotas. Marilene Ortiz ressaltou que está sendo pensado
67 em atividades que alcancem também esse público, mas que nesse momento ainda não é possível
68 contemplar como atividades remotas, e sim como atividades complementares pelo fato que para
69 Educação Infantil o Conselho Nacional Educação não considera as atividades não presenciais. Carlos
70 relatou quais serão as ações previstas pelo Município para Rede Pública, que são: plano de estudos
71 dirigidos, reestruturação do planejamento curricular desse ano, uso do livro didático como ferramenta
72 específica do cotidiano do aluno, aulas em TV aberta. E paralelo a essas ações funcionarão os
73 ambientes virtuais das próprias escolas, da SEMEC funcionarão linhas telefônicas para informações,
74 páginas na internet e blogs. Buscando assim atender o maior número de alunos. Também comentou
75 que para os alunos do interior, que residem em áreas remotas, o serviço de transporte escolar levará
76 junto com o professor atividades impressas de forma presencial. Carlos explicou que passado o período
77 de recesso os professores, esses darão suporte para os alunos através de entrega de atividades e
78 orientações de forma individualizada para as famílias, caso necessário. Organizados em horários e
79 escala para melhor atender. Deixou claro também que não serão todos os dias. Márcia pontuou que
80 alguns professores fazem parte do grupo de risco e que isso deveria ser observado pelas equipes das
81 escolas. Carlos relatou que a SEMEC já fez essa observação e que esses professores poderão dar
82 suporte por telefone às famílias tirando dúvidas. O presidente retomou a pergunta a todos os
83 conselheiros sobre a questão levantada do Art. 2º que se refere ao percentual de horas de atividades
84 remotas que serão aceitas, e se teriam interesse em alterá-lo. Todos concordaram em deixar o
85 percentual como está, de 10% a 20% e caso necessário posteriormente poderão fazer as alterações
86 necessárias. Nada mais havendo a tratar foi registrada ata que será assinada por mim e todos os
87 presentes.....

88
89
90
CARLOS MARCELO KALIBERDA
Presidente

